



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo)

Fernanda Ianael Evangelista de Oliveira¹
Larrisa Ellen Alves da Silva²
Mirla Cisne³

**RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL COLONIAL: DAS
SENZALAS AOS QUILOMBOS**

RESUMO

Objetivamos compreender a relação entre o racismo e o patriarcado na formação do Brasil colônia e identificar suas expressões sobre a vida das mulheres escravizadas e de que modo a dimensão étnico-racial e de classe diferencia suas experiências. Identificamos mulheres protagonistas de luta e resistência nas histórias de senzalas e quilombos. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, orientada pelo materialismo histórico-dialético. Concluimos que embora em contexto de escavação e múltiplas violências, houve muita resistência de mulheres negras no Brasil colônia, ainda que a história não lhes dê a devida visibilidade e importância.

Palavras-chave: Mulheres negras. Brasil colonial. Resistência.

ABSTRACT

We aim to understand the relationship between racism and patriarchy in the formation of colonial Brazil and identify their expressions on the lives of enslaved women and how the ethnic-racial and class dimension differentiates their experiences. We identified women protagonists of struggle and resistance in the stories of slave quarters and quilombos. For that, we carried out a bibliographical and documental research, guided by historical-dialectical materialism. We conclude that although in the context of excavation and multiple violence, there was a lot of resistance from black women in colonial Brazil, even though history does not give them the due visibility and importance.

Keywords: Black women. colonial Brazil. Resistance.

¹ Assistente Social, [Residente em Atenção Básica e Saúde da Família e da Comunidade, pela UERN/PMM; Residente em Saúde pela UERN](#); email: fernandaianael16@gmail.com

² Graduanda em direito pela UERN; Bolsista de iniciação científica, PIBIC/CNPq. E-mail: lariesilva@gmail.com

³ Professora Adjunta, doutora em Serviço Social pela UERJ; Bolsista produtividade em pesquisa pq2. Email: mirlacisne@uern.br



INTRODUÇÃO

O racismo e o patriarcado se constituem como sistemas, que fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Com a nossa formação social marcada pela ocupação colonial e os quase quatrocentos anos de regime escravista, presenciamos, até os dias atuais, a continuidade de um intenso processo de exploração e opressão contra a população negra em geral, mas, em particular sobre as mulheres, que sofrem múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe.

Dessa maneira, a retomada ao período colonial, tem o intuito de analisar a raiz construção sócio-histórica das mulheres na sociedade brasileira colonial a partir de uma orientação marxista-feminista. Para tanto, partimos da análise do sistema patriarcal-racista-capitalista como resultado de relações estruturantes da sociedade brasileira, quais sejam, as relações sociais de sexo, raça/etnia e classe. Essa perspectiva é fundamental para identificarmos a classe trabalhadora em sua totalidade, incorporando suas singularidades, não como forma de segmentar a luta, mas de identificar os múltiplos sujeitos que a compõem e “universalizar o grito por liberdade em suas múltiplas dimensões” (CISNE, 2018, p.227).

Nesse sentido, objetivamos compreender a relação entre o racismo e o patriarcado na formação do Brasil colônia e identificar suas expressões sobre a vida das mulheres escravizadas e de que modo a dimensão étnico-racial e de classe diferencia suas experiências. Nesse sentido, além de compreender suas vivências, visamos também, identificar a existência de mulheres protagonistas de luta e resistência nas histórias de senzalas e quilombos, a fim de construir um saber histórico que conceda maior visibilidade às mulheres.

Para a análise do nosso objeto de investigação, fundamentamos o nosso estudo no materialismo histórico dialético, como método a abrir caminho para o conhecimento da realidade concreta. Constituindo-se assim, como instrumento que nos possibilita compreender a totalidade social como resultado de múltiplas determinações, capaz de superara condição de imediaticidade dos acontecimentos. Concordamos, pois, que somente integrando os diferentes fatos sociais em uma dimensão de totalidade é que “o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade” (LUKÁCS, 2003, p.76).

Como procedimento metodológico utilizado para o alcance dos nossos objetivos foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa. Na qual utilizamos o estudo



bibliográfico e documental. No âmbito da pesquisa bibliográfica foram realizadas leituras centradas em autores clássicos e contemporâneos brasileiros. Já a documental foi realizada junto a Biblioteca Nacional, por meio do acervo digital da Hemeroteca. Por meio dos jornais da época colonial, conseguimos identificar relatos de fatos importantes que subsidiaram a análise sobre as condições de vida, luta e resistência das mulheres negras escravizadas.

1. Resistência de mulheres negras no Brasil colonial-racista-patriarcal

O Brasil é um país estruturalmente marcado pelas expressões do escravismo colonial de tipo patriarcal, percorrendo um trajeto de dependência e subordinação aos países europeus desde sua construção. Nesse sentido, a sociedade recém formada mantém produção interna direcionada à exportação. Constituindo-se como: “uma economia produtora de mercadorias para o mercado internacional” (IANNI, 1987, p.24), capaz de articular os interesses do capitalismo mundial à dinâmica interna da produção brasileira.

É então, sob esse contexto de dependência e subordinação que se estabelece a escravização no Brasil, como parte do projeto “das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil” (MOURA, 2014, p.75), com vistas à acumulação originária de capital. Uma vez que, no contexto de crise de produção, a classe dominante europeia lança mão do processo de acumulação primitiva do capital sob as bases da colonização, da escravização e do genocídio na busca de lucros e de força de trabalho gratuita.

A rentabilidade oriunda da concentração de força de trabalho explorável para o capital “justifica” a implementação da escravização, na qual a força de trabalho negra escravizada passa a funcionar como o principal sustentáculo econômico da sociedade brasileira em formação. Assim, quando se analisa a estratégia utilizada para persistência da dominação colonial, verifica-se que o racismo desempenha papel primordial, determinando as “condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2019, p.64). É então, nesse momento, que as dimensões raciais e de classe articuladas, moldam uma sociabilidade fundamentada na hierarquização, com vistas a manter um padrão de poder que assegura a superioridade da classe dominante, bem como, a continuidade da ordem colonial escravista de produção.

Como resultado da nossa formação sócio-histórica assentada no modelo escravista patriarcal, encontramos o reflexo das desigualdades relacionadas também às



vidas das mulheres negras e indígenas. Essas mulheres são apropriadas de forma muito mais intensa não apenas no que diz respeito a sua força de trabalho, mas, também, seus corpos, como fontes de prazer sexual (lê-se estupro!) dos seus senhores e de reprodução de mais escravizados(as), o que significava novas mercadorias e força de trabalho disponível para o enriquecimento senhorial. Sob esta ótica, racismo e patriarcado funcionam como sistemas funcionais ao capitalismo, que serviram e ainda servem as formas de opressão, exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo.

Sobre isto, explica-nos Collins (2015, p.21), que a escravização se constitui como uma instituição patriarcal baseada no poder do homem branco proprietário, assegurando a autoridade masculina em todas as esferas sociais. Assim, no contexto escravista, as mulheres brancas aparecem como propriedades dos pais, e posteriormente dos maridos, experimentando processos de exploração e submissão, sem direito à participação -da vida em sociedade. É delas ainda, o papel de preservar os costumes europeus, sendo exigidos os valores de passividade, cordialidade e submissão aos mandos do patriarca.

Embora reconheçamos, portanto, que o patriarcado também atingia e atinge as mulheres brancas, é inegável que estas tinham e têm privilégio frente às negras e indígenas. Basta lembrar que no período colonial era comum as mulheres brancas dominantes torturarem as escravizadas, inclusive, com mutilações do bico dos seios, quebra do dentes e queimaduras. Tais torturas eram por vezes, motivadas por ciúmes dos seus maridos. Na atualidade, as mulheres brancas seguem tendo salários mais alto do que as negras, embora mais baixo que os dos homens brancos. Em outras palavras, há uma nítida divisão não apenas de classe, mas também de raça entre as mulheres, que é sustentada pelo privilégio branco sobre a superexploração histórica sobre a população negra, desde o tempo das senzalas.

É importante salientar que mesmo diante desse contexto de exploração, opressão e violência oriunda do sistema de dominação escravista patriarcal, há manifestações do inconformismo à estrutura dominante colonial racista.

Na particularidade do período colonial no Brasil, as ações executadas pelas mulheres negras e indígenas correspondem à negação do modo de produção escravista e a consequente oposição ao mando dos senhores proprietários. Assim, travando um movimento entre opressão e resistência, elas arquitetaram diferentes alternativas para sobrevivência e liberdade. Podendo ir desde ações individuais como fugas, infanticídios e suicídios, até ações mais coletivas, como a participação em revoltas, rebeliões e formação de quilombos.

Essa condição pode ser evidenciada nos anúncios de jornais da época, que publicavam frequentemente, artigos noticiando as fugas de mulheres escravizadas, que



mesmo quando recuperadas, não desistem de tentar alcançar a liberdade. É o caso de Carolina:

Crióla, idade pouco mais ou menos 17 annos, refeita do corpo, altura regular, levou quando fugio, um vestido novo de chila azul de xadrez, e alguns outros velhos também de xilla, traz uma argola de ferro no pé direito, por haver a pouco tempo commettido a mesma fuga: ao porto das canoas, casa nova do Mesquita, que será recompensado (Diário de Pernambuco, 10 de março de 1834).

Outra forma comum de resistência, era a participação das mulheres nas revoltas e rebeliões dos escravizados. De acordo com Gomes, Laurino, Schwarcz (2021), as africanas escravizadas Mariana Xambá e Clara Courá estavam envolvidas em uma conspiração, que foi descoberta no ano de 1744. Elas faziam parte do grupo de João Lourenço negro, sendo consideradas as principais articuladoras das ações de revoltas e insurreições, envolvidas em cenas cotidianas de luta contra as amarras da escravização.

Esses movimentos em busca da libertação e dignidade culmina na formação dos quilombos, como uma das maiores expressões de resistência da população cativa, capaz de estremecer as estruturas de uma sociedade organizada sob a dominação senhorial. As mulheres foram figuras importantes para a estruturação dos quilombos, assim como na sua organização política e no desenvolvimento de resistência. De acordo com Gomes (2005, p.82), elas realizavam as mais diversas atividades, podendo trabalhar nas plantações, no desenvolvimento de atividades produtivas e nos transportes de alimentos, bem como na participação em combates. Tornavam-se ainda, importantes lideranças religiosas e políticas, ocupando espaços de destaque na comunidade.

É o caso de Acotirene, matriarca e conselheira dos Palmares, que orientava e guiava a população negra no desenvolvimento das primeiras atividades de resistência a escravização. Ela era ainda, a encarregada por receber os primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos – um dos maiores mocambos localizado na serra da barriga – considerado o centro político para as decisões da comunidade quilombola (SILVA; BOMFIM, 2007). Assim, quando Ganga Zumba assume o espaço como regente de Palmares, Acotirene permanece desempenhando a função privilegiada enquanto conselheira, sendo consultada sobre todos os assuntos, desde questões familiares e internas para organização dos mocambos, até o planejamento e decisões políticas e militares.

Outra mulher símbolo de resistência é Zacimba Gaba, rainha africana capturada e vendida como escravizada na capitania do Espírito Santo no início do século XIX. Chegando aos mandos do seu novo proprietário, Zacimba tem sua realeza reconhecida pelos outros escravizados da região, passando a ganhar deles, prestígio e proteção. Em um episódio narrado por Gomes, Laurino, Schwarcz (2021), Zacimba é castigada pelos



seus senhores, gerando revolta nos escravizados das populações vizinhas, que planejam uma rebelião para libertá-la. Ao fugir, a princesa constitui um quilombo na região de Conceição da Barra/ES, na qual comandava ataques as fazendas e embarcações locais, ao mesmo tempo em que cuidava –do desenvolvimento da administração política e proteção do quilombo.

Os breves relatos sobre essas mulheres, assim como suas contribuições históricas, são apropriados por uma narrativa dominante, masculina e eurocêntrica, que cria uma relação entre ficção e realidade, capaz de ocultar a notoriedade da sua participação como sujeito político e revolucionário. Por isso, queremos demonstrar aqui, que tendo existido ou não, a história de Clara, Mariana, Acotirene e Zacimba, assim como as demais mulheres, serviram e servem de inspiração, como símbolos de resistência na luta pela liberdade.

É válido pontuar a importância do resgate histórico, bem como das formas de resistência que as mulheres negras protagonizaram, com o intuito de criticar socialmente como as informações foram impostas e expostas por aqueles que detinham o poder da informação e, por isso, da construção do conhecimento. Há, portanto, o interesse de evidenciar as formas de sobrevivência e escapatória das injustiças naquele contexto social e econômico do período colonial, desmitificando o lugar pacifista que se pretende anexar ao processo de escravização do povo negro.

Essas narrativas dominantes inseriram no bojo da construção cultural brasileira, não as ideias dessas mulheres negras como revolucionárias e subversivas diante da vivência em um sistema escravista, mas criaram no ideário social noções das escravizadas como passivas e aceitas como “parte da família” da casa grande. Podemos ver esta construção idílica na- forma como se forjou a noção da “mãe preta”. Elas eram mulheres escravizadas inseridas dentro da casa-grande para efetuar o trabalho doméstico e dos filhos e filhas dos senhores de engenho e donos das lavouras.

Gilberto Freyre as colocou, em Casa Grande e Senzala (FREYRE, 2005), como ocupantes do “lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais... Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras...” (FREYRE, 2005. p. 435; grifo nosso). Mais que uma visão romanceada, parece-nos uma convivência com a escravidão e toda a violência que ela acarretou, considerar que as “mães pretas” ocupavam lugar de honra, quando sequer o seu corpo e os produtos dele, como o leite materno, lhes pertenciam. Parece-nos também contraditório que mulheres negras arrancadas de seu território e forçadas a trabalhar tenham recebido com tamanha passividade as imposições e se sentirem parte dos núcleos familiares dos escravocratas. Não podemos fugir da análise deste momento sem observar que estas relações se constroem de maneira hierarquizada e



violenta.

Nesse sentido, Lélia González nos traz um outro olhar, apresentando essa convivência não como uma mera execução de trabalho de forma indiferente e sim, aponta um Brasil africanizado. Ao se encontrar –na rotina das casa-grande, estas mulheres inseriram no interior dessas famílias suas próprias tradições. Não há certezas sobre se isto ocorria de forma consciente ou não, mas González, em oposição à Freyre, alerta para esta relação "mães-pretas" e famílias brancas como local de resistência daquelas para o que estas lhes impunham (GONZALEZ, 1988).

Um paralelo interessante dessa visão que González nos aponta é feito por Patricia Hill Collins (2019), quando nos apresenta o conceito de- outsider - “forasteira de dentro” - ao relatar a convivência das empregadas domésticas e academicistas negras nos Estados Unidos dentro de seus respectivos ambientes de trabalho. É válido pontuar que, tanto as análises se fazem em países com diferentes construções históricas, como também estão em momentos diferentes.

A perspectiva da “forasteira de dentro”, na conformação do pensamento feminista negro - a partir do impedimento das mulheres negras de ocuparem os locais que as pessoas brancas ocupavam e até mesmo de conviver de igual para igual – entende as mulheres negras como “indivíduos cuja marginalidade proporcionou um ângulo de visão específico sobre essas entidades intelectuais e políticas” (COLLINS, 2019. p.48). Desse modo, conseguimos absorver que essas mulheres, por estarem no ambiente doméstico e/ou acadêmico, acabavam tendo visões daquele grupo social com um outro olhar, principalmente quando tomaram para si, crenças que foram construídas na sociedade civil negra (COLLINS, 2019, p. 46)

Diante da apresentação do Pensamento Feminista Negro, Collins (2019) nos explica que este mote não se dá de maneira uníssona e nem necessariamente, seguindo os preceitos de construção teórica majoritariamente dominada pelos brancos e seus modos de fazer e transmitir conhecimentos. Em vista disso, os negros e negras americanos desenvolveram resistência e demarcavam seu pensamento em músicas, na oratória, na literatura, dentre outros mecanismos que eram possíveis de se utilizar, e que não necessariamente fosse o espaço acadêmico, até mesmo sem saber que o faziam. Todavia, ao ocupar o espaço acadêmico, muitas das mulheres negras acabaram construindo conhecimento crítico, levando em consideração as vivências do povo negro nos Estados Unidos.

Sob as mulheres negras recaem duas questões relevantes. A primeira, a realização do trabalho forçado, que imprimia questões opostas às impregnadas pela ideologia da feminilidade. Davis, ao trazer categorias possíveis para uma reavaliação da história da escravidão, coloca o trabalho como central para estas mulheres, visto que eram obrigadas



a trabalhar tanto quanto os homens negros escravizados. Nesse sentido, podemos perceber que aquilo que a ideologia definia sobre o ser “mulher”, não tinha validade para todas as mulheres.

O sistema escravista definia o povo negro enquanto propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero (DAVIS, 2016. p. 17).

Isso posto, a ideologia da feminilidade servia ao que se esperava das mulheres brancas. Destas, pressupunha-se a calma, a proteção e o cuidado com marido e filhos, bem como com a casa, na perspectiva de serem dóceis e amáveis. Em compensação, as mulheres negras diante deste cenário poderiam ser vistas como anomalias (DAVIS, 2016. p. 18).

A segunda questão, a violência sexual, mas precisamente o estupro contra as escravizadas, colocava sobre seus corpos, “o local [patriarcal] da mulher”, partindo da prática da apropriação sobre os corpos femininos negros e indígenas. Podemos perceber a imbricação entre as opressões de sexo, classe e raça, uma vez que “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016,p. 20). Aqui, a reprodução das mulheres negras escravizadas também significava a geração de força de trabalho para a manutenção do sistema escravista.

No Brasil, o estupro foi fantasiado pelo mito das três raças, diante da qual se perpetua de maneira idílica, que o povo brasileiro foi formado pela miscigenação passiva entre europeus, indígenas e negros(as) escravizados(as). Esse mito oculta as violências e hierarquias sociais em que foi tecida a missigenação no Brasil, inclusive, a base de muitos estupros contra as mulheres escravizadas.

A lógica do sistema de relações sociais no Brasil é a de que pode haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, porque o mundo está realmente hierarquizado, tal e qual o céu da Igreja católica. O ponto crítico de todo nosso sistema é sua profunda desigualdade.

Desmitificar, portanto, a visão romanceada sobre a formação do povo brasileiro que sustenta o “mito da democracia racial”, é fundamental para megulharmos de foma crítica na nossa história, tanto para desocltar as violências sofridas pelas mulheres escravizadas, como para dar visibilidade ao seu legado de resitências.



CONCLUSÕES

As relações raciais, patriarcais e de classe moldam, dialeticamente, uma sociabilidade fundamentada na hierarquização, expressa por meio das relações desiguais de raça, classe e entre sexos. Por isso, é impossível realizar a análise crítica da realidade, sem levar em consideração as particularidades do sistema patriarcal-racista-capitalista de maneira articulada, sob o qual se edifica as violências, desigualdades, violências e opressões.

A escravização foi terrivelmente vivida pela população africana, e de forma mais acentuada sobre as mulheres negras, sujeitas não apenas ao trabalho escravizado, mas, também, à exploração sexual. Contudo, mesmo diante do contexto de intensa apropriação e opressão, as cativas desafiaram o regime escravista. São, portanto, inspiradores símbolos de luta ao terem forjado ações de combate às estruturas dominantes.

Assim, a desumanização sobre os corpos dessas mulheres, tanto pelo trabalho forçado quanto pelo estupro, forjou, por outro lado, resistências e lutas que precisam serem evidenciadas ante o ocultamento e invisibilidade que a sociedade elitista e racista provoca.

Essas mulheres, símbolos de resistência, foram, portanto, invisibilizadas pela história. Uma história escrita hegemonicamente por homens brancos. Por isso, ressaltamos a importância do feminismo negro, tanto para dar visibilidade a história de luta das mulheres negras desde a escravidão, como também, por ser determinante para a desmistificação das experiências do período escravista e das suas expressões nas violências e desigualdades raciais atuais.

Logo, a retomada a essas memórias de mulheres símbolos de resistências, além de evidenciar um trajeto marcado pela força e o poder daquelas que lutaram contra a escravização, inspira-nos a dar continuidade na luta pela conquista dos nossos direitos e liberdade substantiva.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Djamila Ribeiro (Coord.). **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo**: apontamentos teóricos-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.132, p.211-230, mai/ago. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>>.
- COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.
- Diário de Pernambuco, 10 de março de 1834. Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 mai. 2021.
- GOMES, F. **Palmares**: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia negra**: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LUKÁCS, Gyorgy. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MATTA, Roberto. A fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. Portal Geledés, 2009. Disponível em: <[A fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira - Roberto Da Matta - Geledés \(geledes.org.br\)](http://www.geledes.org.br)>. Acesso em 01 de mar. 2022
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a fundação Maurício Grabois, 2014.
- SILVA; BOMFIM. **Dicionário de Mulheres de Alagoas**: ontem e hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.